



O PLANEJAMENTO FEDERAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO OESTE

Marcos Bittar Haddad¹.

Resumo: O artigo aborda a ação do Estado na aplicação de políticas de desenvolvimento do Centro Oeste, a partir do movimento da “Marcha para o Oeste”, iniciada na década de 1930. Adiante elenca os demais planejamentos federais elaborados para a região, que visavam sua maior inserção no cenário nacional. O trabalho procura, portanto mostrar a importância do papel do Estado na estruturação da região, o que permite compreender, um pouco do cenário hoje existente. A formação econômica e social do Centro-Oeste que iniciou, timidamente, durante o período colonial, ampliou-se com a chegada da nova capital federal, Brasília. A partir daí, a região contou com a abertura de vias de acesso, ligando-a as demais regiões do país, permitindo sua entrada na industrialização brasileira, trazendo avanços tecnológicos que possibilitaram o surgimento da moderna agropecuária e toda a cadeia produtiva atualmente presente na Região. Sem a intervenção do Estado, certamente esta realidade não seria a mesma.

Palavras chaves: Centro Oeste – Planejamento Federal – Desenvolvimento Econômico

Introdução

O Centro Oeste é a região brasileira que compreende o Planalto Central ou o Brasil Central. É, portanto geograficamente o centro do Brasil. Composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal, sua vegetação é predominantemente formada pelo ecossistema Cerrado e a região é detentora de 10% de toda a água doce existente no planeta. Na região chamada de “Águas Emendadas”, nas proximidades do Distrito Federal, estão as nascentes de rios pertencentes as três grandes bacias hidrográficas da América do Sul: Amazônica, São Francisco e Platina. Ainda compõem a vegetação da região, os ecossistemas Pantanal e a Floresta Amazônica, esta última, tem seu “portal”, no norte do estado de Mato Grosso.

Sua localização central, favorece a recepção de correntes migratórias vindas de todas as regiões brasileiras, o que leva alguns autores a defender que, cada vez mais, ela

¹ Doutorando do Programa de Desenvolvimento Econômico do IE/Unicamp.
haddad13@gmail.com



vem se tornando a “cara do Brasil”, sendo, portanto, uma região que representa a síntese nacional².

O Centro Oeste vem, ao longo dos anos, sendo palco de diversas intervenções federais, através de políticas e programas de governo, visando uma maior participação da região na economia nacional e ainda com objetivos de promover seu povoamento e consequente desenvolvimento.

Por sua grande extensão territorial – a segunda maior região brasileira – e ainda por suas origens rurais, é vista como grande produtora de alimentos e a maioria destas intervenções governamentais são planejadas neste sentido: fazer do Centro Oeste um grande “celeiro nacional”.

Neste artigo, buscamos fazer, de maneira sucinta, uma abordagem histórica da Região Centro Oeste, para tentar explicar e também entender um pouco como se deu sua ocupação, começando pela “Marcha para o Oeste”, inaugurado na década de 1930, pelo então presidente Getúlio Vargas, que depois do movimento das “Entradas e Bandeiras”, foi a primeira grande ação voltada para a exploração e o povoamento da região. Em seguida, elencamos os demais projetos federais elaborados para a região, buscando sua inserção no cenário nacional, o que de fato ocorreu, principalmente após a transferência da capital federal para seu território.

Procuramos, portanto mostrar como a região se formou, para entender como chegamos ao cenário que temos hoje. A formação econômica e social do Centro-Oeste que iniciou, timidamente, durante o período colonial, ampliou-se com a chegada da nova capital federal, Brasília. A partir daí, a região contou com a abertura de vias de acesso, ligando-a às demais regiões do país, permitindo sua integração com o processo da industrialização brasileira, definindo seu espaço na divisão do trabalho e levando para lá os avanços tecnológicos que facilitaram o surgimento das estruturas e da moderna agropecuária.

1 - A Marcha para o Oeste.

Movimento ocorrido a partir de 1930 e promovido pelo governo de Getúlio Vargas a Marcha para o Oeste tinha como objetivo ocupar a região norte do país, a partir de Goiás e

² Ver Steinberger, 2000.



desta forma ocorreu verdadeiramente a ocupação do Centro Oeste do país (Moraes, 2006, p. 77). Ou ainda como afirma Lima Filho, 2001: “Getúlio Vargas lançou em 1938, o movimento da Marcha para o Oeste como símbolo de seu governo e do verdadeiro sentido da brasilidade”.

Tudo começou com a Expedição Roncador Xingu. Nas palavras de João Fernandes³, esta Expedição era formada por homens procedentes dos mais diversos cantos do país, e “que teve como missão a de garantir a integridade territorial do nosso Brasil”. Formada em 1943 e posteriormente transformada na Fundação Brasil Central⁴, “fazendo com que a gloriosa Marcha para o Oeste marcasse, de forma ímpar, o seu avanço em direção ao oeste brasileiro”. Os expedicionários são os novos bandeirantes heróis civilizadores dos sertões:

A Marcha para o Oeste, representada pela Expedição Roncador – Xingu, deslocaria a Fronteira para o sudoeste goiano e para os vales dos rios Araguaia, Xingu e Tapajós, construindo estradas, pistas de aviões, fazendas de gado, cidades, enfim, semeando modernidade pelas mãos dos expedicionários, bandeirantes do século XX.

LIMA FILHO, 2001, p. 26.

Embora conste na literatura como sendo a primeira ação da Marcha para o Oeste, a realização desta expedição, que deveria percorrer desde a Serra do Roncador, localizada no leste do estado de Mato Grosso até o Xingu, no norte do mesmo estado, outras políticas de Getúlio Vargas, ocorridas anteriormente a 1943, são atribuídas também como ações da Marcha para o Oeste:

“Pedro Ludovico Teixeira, então nomeado interventor federal, recebeu pleno apoio de Vargas (Palacín, 1976, p. 27). Iniciada em 1933, Pedro Ludovico faz da construção de Goiânia um símbolo da Marcha para o Oeste (...)”.

LIMA FILHO, 2001, p. 40.

Como também afirma Moraes, “a construção de Goiânia (1933 – 1937) representa o início da intensa ocupação do sul de Goiás e do Planalto Central.” (MORAES, 2006, p. 77) e

³ Carioca, funcionário do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pioneiro da região, tendo lá chegado em 1946. Trecho de seu discurso proferido no dia do lançamento da Marcha, pode ser visto em Lima Filho, 2001.

⁴ A Fundação Brasil Central, teria a função de catalisar recursos e promover ações destinadas a preparar uma estrutura logística para o desenvolvimento do capital, não menosprezando a vocação agropastoril, sobretudo na região do Araguaia, povoada de gado (LIMA FILHO, 2001, p. 22).



ainda que a construção de Goiânia representou “o primeiro vetor político para a modernização da região Centro – Oeste” (MORAES, 2006, p. 80). Mas, na verdade, o que estava por trás da fundação de Goiânia eram questões políticas e não apenas a necessidade de se criar um símbolo para a ocupação do oeste do país.

O então interventor federal Pedro Ludovico, havia sido o único político goiano a dar apoio à “Revolução de 1930” liderada por Vargas. Pedro Ludovico era a época prefeito de uma pequena cidade no sudoeste do estado, Rio Verde, que não apresentava grande expressão política. Na capital do estado, a então velha cidade de Goiás, era controlada pelos Caiados, família de grande tradição na história política do estado e que jamais deixaria Pedro Ludovico governar. Portanto, fazia-se necessário a mudança da capital para outro local, longe do alcance do domínio caiadista. Então surge Goiânia.⁵

Dentre outras ações da Marcha para o Oeste, ocorrida anterior a Expedição roncador Xongu, foi a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), fundada em 1941, na cidade de Ceres, sendo a “primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal.” (ESTEVAM, 2004, p. 112). Este projeto favoreceu em muito a imigração e urbanização do Centro Oeste, “nas décadas de 1940 e 1950 a imigração para Goiás avolumou-se substancialmente e a implantação da CANG foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes.” (ESTEVAM, 2004, p. 113). A CANG estava localizada ao norte de Goiânia, na região conhecida por Mato Grosso Goiano, que a época passava por uma “febril exploração em função da criação de Goiânia e da chegada da ferrovia em Anápolis. Na verdade era a parcela territorial que mais contribuía para a urbanização do estado.” (ESTEVAM, 2004, p. 112/113).

A CANG foi responsável pela atração de grandes empresas transformadoras de alimentos para a região de Anápolis e Ceres – onde mais tarde seria edificada Brasília. Juntamente com a implantação da Colônia, o estado de Goiás foi contemplado com um “pacote rodoviário” que permitiu sua ligação com as demais regiões do país:

O que se pode notar nos discursos proferidos à época a cerca da Marcha para o Oeste, traziam forte apelo nacionalista. Porém, mais do que isso, este marcha parecia representar uma necessidade de segurança nacional:

(...) O litoral era considerado um local vulnerável do ponto de vista militar. Os irmãos Villas Bôas (1994, p. 23) também escreveram: “não se fala em

⁵ Para melhor aprofundar o tema, ver Palacín, 1976, Chaul, 1988 e Haddad, 2011.



interiorização como movimento expansionista, mas em tirar a capital da beira do mar, por questão de segurança.” A cidade do Rio de Janeiro era assim, uma localidade frágil, do ponto de vista estratégico. Por isso, a idéia da visita do Presidente ao interior do Brasil foi bem-vinda naquela ocasião. O caso pode ser interpretado, ainda pela necessidade de refúgio do próprio Vargas, já que, em 1940, pronunciara um discurso dúbio, a bordo do navio Minas Gerais, em que acenava simpatia pelos países do eixo Alemanha-Itália. O Brasil declararia guerra contra tais países apenas em 31 de agosto de 1942

MENDES, 1991, *apud* LIMA FILHO, 2001, p. 40).

A viagem referida acima é a que fez o Presidente Vargas à região conhecida por Médio Araguaia, o que hoje corresponde às fronteiras dos estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins. Vargas desceu na aldeia Karajá em outubro de 1940, “a intenção era de que a comitiva que tinha umas 15 pessoas, ficasse 24 horas, mas o Presidente ficou cinco dias, apesar das mensagens vindas do Rio de Janeiro, insistindo em sua volta, uma vez que o mundo estava em guerra.” (TEIXEIRA, 1973, p. 124-126, VARGAS, 1995, p. 330, *apud* LIMA FILHO, 2001, p. 41).

Foi desta viagem, que surgiu a ideia de se montar a Expedição Roncador Xingu:

Essa primeira viagem ao interior do País incentivou o governo a organizar uma expedição que, oficialmente, tinha a finalidade de abrir vias de comunicação do litoral com o Centro-Oeste e a Amazônia.

LIMA FILHO, 2001, p. 41.

A Expedição foi criada por Decreto Lei e considerada uma ação de governo, com interesses militares. Tinha como principais objetivos partir da cidade de Leopoldina (atual cidade de Aruanã, GO, às margens do Rio Araguaia), fundando núcleos de povoados (que também eram chamados pelos expedicionários de “ponto de colonização” ou “núcleos de civilização”), no Rio das Mortes (afluente do Araguaia, no MT) e na Serra do Roncador. Ainda abriria estradas, construiria pistas de pouso, incentivando a construção de habitações e a agricultura. Após atingirem a Serra do Roncador, outro grupo de expedicionários sairia de Aruanã, percorrendo o mesmo caminho e afixando 200 famílias em novos *núcleos de civilização*. “É importante notar os critérios logísticos de ocupação de território, que incluíam operacionalidade militar, a questão indígena e a busca de apoio popular, com justificativa nacionalista.” (LIMA FILHO, 2001, p. 42).

Meireles, 1960 *apud* Lima Filho, 2001, sintetizou os objetivos da Expedição Roncador Xingu “como a necessidade de exploração daquele vasto trato desconhecido do



território nacional, o estabelecimento de bases para o estudo e aproveitamento das principais artérias fluviais que derivam do Planalto Central para a Amazônia, reforçando a tese de comunicação entre o Norte e o Sul, e atribuindo à expedição um caráter estratégico.”

Pode-se afirmar que sob a tutela do Estado Nacional, que “por meio de suas lideranças políticas, buscava a construção de novas cidades-capitais, de novos territórios para o desenvolvimento da área desabitada e para o seu ganho político” (MORAES, 2006, p. 78), a Marcha para o Oeste cumpriu com seu objetivo ao criar estes novos núcleos de povoamento, sobretudo urbanos e permitir o surgimento de novas estruturas econômicas, principalmente com as agroindústrias que eram instaladas. Assim podemos afirmar que a ocupação do Centro Oeste se deu sob os interesses econômicos e políticos.

A Marcha para Oeste, além de abrir frente populacional, dinamizar a economia e fazer com a região Centro Oeste fosse vista pelos governantes, também trouxe apoio federal na implantação de diversos programas que visavam planejar a região para o futuro. Programas como Polamazônia, Polocentro e Geoeconômico e ainda a construção da nova capital federal, Brasília, que ocorreu no Governo JK, entre 1955 e 1960.

Na parte seguinte deste artigo, iremos abordar cada um destes programas como ainda os constantes do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND.

2 – Outros programas federais

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste⁶ – Sudeco foi criada em 1967, em substituição à Fundação Brasil Central, para também exercer a função de planejar e gerir as políticas a serem implantadas na região. Seu modelo foi inspirado no de outras superintendências instaladas nas demais regiões do país, tendo como exemplo mais evidente a região Nordeste, com a Sudene.

A Sudeco procurou adequar sua estrutura administrativa à nova realidade econômica, social e política do Centro-Oeste, que se projetava como uma região de afirmação estratégica, exatamente por ser a sede do comando político-administrativo do País e por se delinear como produtora de alimentos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1981, p.6). De início foram realizadas pesquisas “com o fim de conhecer o potencial econômico da

⁶Entidade vinculada ao Ministério do Interior.



região, e a definição das áreas apropriadas para o desenvolvimento planejado com a fixação de polos de crescimento” (BRAGA, 1998, p.96).

Foram criados programas para o fortalecimento econômico e social da região que seriam desenvolvidos dentro dos grandes planos nacionais do Governo Federal: I e II PND.

Prodoeste – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Implantado entre os anos de 1972 e 1974, trazendo para o Centro-Oeste grandes investimentos estruturais, construindo uma malha viária, por onde escoaria a produção, “foi construído um sistema de eixos rodoviários atravessando as principais áreas de produção agropecuária e os principais centros da região, ligando-os aos sistemas de transporte dos Estados do Sudeste e do Sul do país”. (OLIVEIRA, 2002, p. 3). Realizou ainda obras de saneamento e a retificação de cursos d’águas.

Pladesco – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste.

As diretrizes governamentais no planejamento do desenvolvimento do Centro-Oeste, contidas no Pladesco, elaborado em 1972, estavam concentradas nas áreas prioritárias, onde suas potencialidades reais já estavam definidas: reforço na abertura de vias, para o escoamento da mão de obra e da produção, melhoria nas condições de habitação nos núcleos urbanos de grande porte e nos prováveis aglomerados urbanos em formação e a elevação do PIB regional em relação ao PIB nacional, com a elevação do coeficiente médio de utilização da força de trabalho regional e a elevação da renda regional e melhoria na sua distribuição. As diretrizes foram desdobradas em objetivos-metas que consistiam no crescimento econômico global, elevando a participação do PIB regional.

Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

Tinha o objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias, lançado em 1975, além da Região Centro-Oeste, também abrangia o Estado de Minas Gerais:

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi bastante explícito em seus objetivos e teve como orientação única a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais. Distinguiu-se dos demais pela natureza tipicamente setorial: não visou extrapolar metas marcadamente de timbre econômico e estruturou-se em algumas atividades básicas, especificamente na dotação



de infra-estrutura, pesquisa agropecuária e concessão de linhas de financiamento rural.

ESTEVAM, 1994, p. 157.

Este programa promoveu grande incentivo à pesquisa e às experiências na agropecuária. No entanto, constatou-se que a baixa fertilidade dos solos do Cerrado exigia o emprego de alta tecnologia e de um expansivo investimento de recursos financeiros para uma constante implantação de assistência técnica que no final daria um montante financeiro necessário, maior que a quantidade total que o governo dispunha para todo o país. Diante disso, em função da magnitude financeira dos custos orçados, optou-se por metas mais “modestas”. Ainda foram delimitadas determinadas áreas que deveriam corresponder a alguns interstícios urbanos de maior capacidade de polarização e também no âmbito de áreas especiais destinadas à implantação de projetos pilotos com repercussão econômica e regional.

Programa Espacial da Região Geoeconômica de Brasília

A falta de capacidade de suporte efetivo para assentar a população da nova capital, foi agravada significativamente pelo grande número de imigrantes, sobretudo nordestinos, que chegavam à cidade. Na década de 1960/1970, a taxa de imigração de Brasília foi de aproximadamente 14,4% ao ano e “nesta perspectiva, os problemas inerentes a um processo de urbanização mais que proporcional às condições disponíveis, passaram a incidir sobremaneira na estrutura urbana recém instalada, alargando em particular para as populações periféricas a distância entre a oferta e a demanda de equipamentos coletivos.” (PIMES, 1984, p. 461).

O governo entendia que todo o esforço deveria se convergir para a problemática de Brasília e sua área de influência. Assim, novas áreas foram nucleadas e nelas implantadas projetos integrados de desenvolvimento, transformando os municípios selecionados em cidades-diques⁷, garantindo assim a não metropolização de Brasília.

O Programa, no entanto, não apresentou “modalidades de intervenção bem articuladas a um nível de detalhamento rigoroso a ponto de transmitir a preocupação dominante que é com o desenvolvimento harmônico das áreas envolvidas, seja do ponto de

⁷Programa desenvolvido pelo Governo Federal para tentar conter a migração para as capitais.



vista das relações intersetoriais, seja ainda no que tange àquelas de natureza mais espacial (rural e urbano)” (PIMES, 1984, p. 546).

Polamazônia - Pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia.

Visava promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais, em áreas prioritárias da Amazônia. “Propunha a concentração espacial dos investimentos públicos, visando a dinamização da economia da Região Amazônica.” (AGUIAR, 2007, p. 788). Sua abrangência e conteúdo evidenciavam claramente a intenção de ocupar o território amazônico.

PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal.

Elaborado para ser executado de 1974 a 1976, no entanto houve dificuldades na sua implantação que acabaram levando sua execução para 1975 – 1978. Tinha por objetivo criar um polo de desenvolvimento na região do pantanal mato-grossense e áreas adjacentes. Com base nos estudos e projetos, procurou dotar a região de ampla infraestrutura em transportes, saneamento, indústria, eletricidade e ainda fomentou o desenvolvimento da pecuária.

Os resultados puderam ser notados através do direcionamento dos incentivos governamentais na instalação de frigoríficos, abertura de estradas, saneamento nos municípios e expansão da rede de energia elétrica.

PRODEGRAN- Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados.

Criado em 1976, visava o aproveitamento das potencialidades agrícola da região sul do estado de Mato Grosso. Era organizado em subprogramas: armazenamento, eletrificação rural, transportes (estradas vicinais), controle de erosão urbana, pesquisas agropecuárias, assistência técnica ao produtor rural, promoção da suinocultura, elaboração de planos urbanos de uso do solo, instalação da Bolsa de Cereais de Dourados, financiamentos subsidiários para plantio e colheitas de grãos, melhoria do ensino profissional, assim como produção do conhecimento e promoção comercial.

Com este programa a região da Grande Dourados passou a ser a segunda maior produtora de soja e o município de Dourados foi o maior produtor de trigo do Brasil no fim da década de 1970. O movimento causado atraiu imigrantes capitais comercial, agropecuário e financeiro.



RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno.

Em 1998, foi criada, através de Lei Complementar Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE DF/GO. Esta foi a primeira RIDE do Brasil e sua criação pretendia reduzir as desigualdades regionais causadas pela alta concentração urbana em volta do Distrito Federal e diminuir as pressões pelas demandas por serviços públicos.

Por contemplar municípios de mais de uma unidade federativa, a RIDE propõe uma forma de atuação mais ampla que as das regiões metropolitanas. Dentre os objetivos da RIDE estão a articulação das ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios, para a execução de projetos que promovam a dinamização econômica do cinturão pouco desenvolvido e bastante habitado, que circunda o Distrito Federal.

Os recursos destinados a RIDE visam promover o desenvolvimento global e destinam – se essencialmente a sistemas viários, transporte, geração de empregos, saneamento básico, educação, saúde, assistência social, cultura, dentre outros. Porém, os resultados de suas políticas ainda não são notados e a realidade é que os problemas em sua área de abrangência vêm tornando-se cada vez mais graves.

Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Após a extinção da SUDECO e das demais superintendências regionais do Brasil, foram criados os ENIDs – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Ao todo, estavam previstos no Plano Avança Brasil – do segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso – 12 eixos de integração e desenvolvimento.

O conceito de ENIDs surgiu, pela primeira vez, no Plano Plurianual de 1996 a 1999. Foi uma tentativa de traçar uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. Buscava a redução dos desequilíbrios regionais econômicos ou sociais. A proposta de Eixos, assim como da RIDEs, também ultrapassa os limites dos estados, pois considera a geografia econômica do país e com isso apresenta uma nova ótica para tratar os desequilíbrios.

Para o território do Centro Oeste, foram planejados dois eixos: Oeste e Araguaia Tocantins. No entanto, o previsto neste planejamento, não se concretizou. No Eixo Araguaia Tocantins, foi proposta uma estrutura muito grande composta de hidrovias, ferrovias e rodovias. Propunha um desenvolvimento norte sul da Região, enquanto as demandas e os problemas estão no sentido leste oeste, “na verdade, ao desconsiderar o vetor urbano



industrial Leste-Oeste (Cuiabá-Goiânia-Anápolis-Brasília), a proposta desvia o olhar dos problemas sociais dessa região” (ARRAIS, 2007, p. 192).

A extinção da Sudeco e a interrupção dos programas federais.

Na década de 1990, a SUDECO foi extinta, sob a alegação de favorecer a prática de corrupção. Porém, “o dado que o ato de extinção não revelou foi que, para além da corrupção (o que exigiria respostas forte por parte do governo, punindo responsáveis com rigor), o que estava por trás dessa atitude era uma nova forma de compreender o desenvolvimento do país e, por consequência, uma norma de conduta que teve (e ainda tem) como princípio a redução da intervenção do Estado acompanhada por toda uma agenda de reformas estruturais” (ARRAIS, 2007, p. 189).

Nessa mesma época, início dos anos 1990 a região Centro Oeste, havia acabado de passar por um período de elevação de sua população causada, sobretudo pela forte intensificação das migrações, principalmente nas proximidades de Brasília, que dos anos 1970 para os anos 1990, apresentou elevadas taxas de crescimento, conforme demonstrado na tabela 1:

Tabela 1 - Variação da população do Centro Oeste, por período - 1970 a 2012 – em %

	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Centro Oeste	51,28	34,39	23,42	21,02
Mato Grosso do Sul	38,63	26,95	16,65	18,03
Mato Grosso	90,87	72,89	23,72	21,30
Goiás	31,27	24,26	24,52	20,16
Distrito Federal	120,38	32,83	27,82	25,79

Fonte: Censos Demográficos IBGE.

Na década de 1970 o Distrito Federal experimentou uma migração recorde, pouco vista na história de um estado ou cidade. Nesta mesma década, os investimentos agrícolas no Mato Grosso, também fez com que o estado apresentasse um crescimento espetacular de sua população. E o estado de Mato Grosso continua crescendo na década seguinte, 1980-1991, a números extraordinários.



Tabela 2 - População do Centro Oeste – 1970 a 2010

	1970	1980	1991	2000	2010
Centro-Oeste	4.629.640	7.003.515	9.412.242	11.616.745	14.058.094
Mato Grosso do Sul	1.010.731	1.401.151	1.778.741	2.074.877	2.449.024
Mato Grosso	612.887	1.169.812	2.022.524	2.502.260	3.035.122
Goiás	2.460.007	3.229.219	4.012.562	4.996.439	6.003.788
Distrito Federal	546.015	1.203.333	1.598.415	2.043.169	2.570.160

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

Mesmo o estado de Mato Grosso tendo crescido 90,87% e 72,89% por duas décadas consecutivas (1970 a 1991), sua população em números absolutos, é pequena em relação aos demais estados da região (principalmente Goiás e Distrito Federal) e até mesmo entre os estados brasileiros.

Nos aglomerados da Região Metropolitana de Goiânia, Microrregião de Anápolis e da RIDE DF/GO, região entendida como Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília⁸, houve uma explosão demográfica, dos anos 1970 para os anos 1990, causado, sobretudo pelo sucesso de Brasília, que logo após sua fundação representava, no imaginário das pessoas, um lugar onde se poderiam realizar sonhos e viver feliz, com trabalho abundante e consequente renda que proporcionaria melhor qualidade de vida aos que pra lá de dirigissem para residir.

Tabela 3 - População Residente no Eixo – 1970 – 2010.

Aglomerados	1970	1980	1991	2000	2010
RM Goiânia	509.570	897.382	1.312.739	1.743.297	2.173.006
Microrregião de Anápolis	250.014	307.664	352.080	408.484	476.368
Ride DF/GO	761.961	1.520.026	2.161.709	2.958.196	3.724.176
Total	1.521.545	2.725.072	3.826.528	5.109.977	6.373.550

Fonte: Censos Demográficos – IBGE.⁹

Em todo o período, demonstrado na tabela, na Região Metropolitana de Goiânia a população quadriplicou, na Microrregião de Anápolis, quase duplicou, na RIDE DF/GO, a população quase quintuplicou e, em todo o Eixo, multiplicou – se 4 vezes.

⁸ Sobre este Eixo, ver HADDAD, 2001, Dissertação de Mestrado PUC GO.

⁹ A RIDE DF/GO com a atual composição só passou a existir após 1998. Portanto, os números da tabela considera a população dos municípios que já eram emancipados deste então.



Em 1970, a Região Centro Oeste possuía 5.072.530 habitantes, de acordo com o IBGE. Portanto os 1.521.545 habitantes do Eixo representavam pouco mais de 1/5 da população residente na região. Em 1991 essa proporção já era mais de 1/3 da população total da Região. O censo 2010 apurou que o Centro Oeste possui 14.058.094 de habitantes, sendo este Eixo habitado por 6.373.550 pessoas, o que representa que 45,34% dos habitantes do Centro Oeste estão vivendo nas cidades pertencentes a este Eixo.

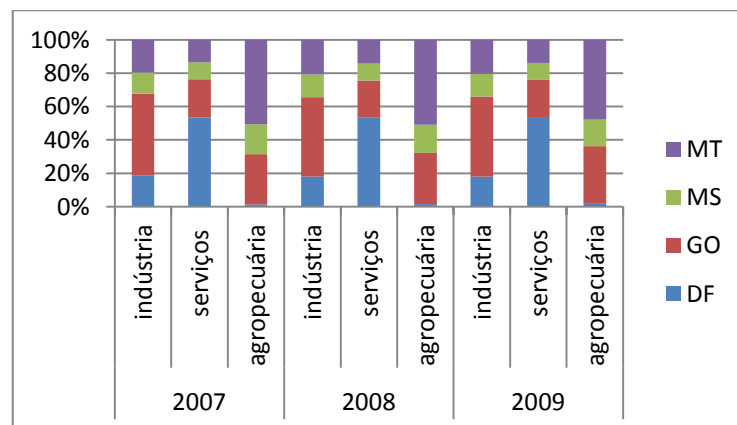
3 – O Centro Oeste que temos hoje

Economia

Atualmente o Centro Oeste vem se destacando no cenário nacional, por seu dinamismo na produção agropecuária. Sua extensão territorial permite que a quantidade de áreas utilizadas para a criação de bovinos e plantio principalmente de soja, cana de açúcar, algodão, arroz e milho, seja cada vez mais crescente. A pecuária e agricultura do Centro Oeste tem atraído para a região grande número de agroindústrias, fazendo aumentar a ligação da região com o grande capital nacional e internacional, através da comercialização de alimentos.

Mas na região também é crescente as atividades voltadas para a prestação de serviços – inclusive como consequência da elevada movimentação promovida pelo agronegócio - e a industrialização, sobretudo no estado de Goiás e no Distrito Federal, conforme pode-se perceber no gráfico 1 abaixo, que indica a participação de cada estado frente ao Produto Interno Bruto:

Gráfico 1 - PIB a preços básicos por segmentos – Estados do Centro Oeste – 2007 a 2009.



Fonte: Ipeadata.



Pela demonstração acima, percebe-se que cada estado lidera um segmento diferente - agropecuária, indústria e serviços. O Distrito Federal lidera os serviços, representando a maioria absoluta do seu PIB. Isto se deve ao fato de lá estar sediado o governo federal, sede de todos os ministérios e demais órgãos estatais como também sede de grandes empresas nacionais, públicas e privadas. Mato Grosso é o que apresenta maior PIB agropecuário na região. O estado se destaca como um dos maiores exportadores do país - em 2010, foi responsável por 37% da balança comercial brasileira - e responsável por cerca de 52% das exportações do Centro Oeste. É o maior produtor de soja - 30% da produção brasileira. Goiás, que também possui considerável produção de soja, cana de açúcar e algodão, possui ainda uma indústria crescente, com destaque para o DAIA – Distrito Agro Industrial de Anápolis, criado dentro o PLADESCO, em 1976 e hoje possuído de um dos maiores parques na produção de medicamentos do país, com destaque para a produção de genéricos. O estado possui ainda indústrias automobilísticas – Hyundai em Anápolis e Mitsubishi em Catalão. A cidade de Anápolis conta ainda com uma estação aduaneira – Porto Seco – que escoar boa parte da produção do Centro Oeste e Norte do país. Este porto deve ter suas atividades intensificadas nos próximos anos, com a chegada da Ferrovia Norte Sul, que tem na cidade seu marco zero.

População

O Centro Oeste, com sua economia crescente, continua ainda sendo um lugar para onde as pessoas se dirigem em busca de uma vida melhor. Assim como na época do surgimento de Goiânia e principalmente de Brasília criou-se a ilusão de que na nova região, que estava sendo desbravada, poderia se ter melhor qualidade de vida, com acesso ao emprego e a terra para planta e morar. A pujante economia presente no Centro Oeste continua, ainda hoje, atraindo para cá grande número de imigrantes. A região ainda é a que mais atrai pessoas para seu território:

Tabela 4 - Imigração no Brasil – Censos 2000 e 2010

	2000	2010
Brasil	5,1	4,2
Norte	8,1	4,2
Nordeste	2,6	2,5
Sudeste	5,5	4,0
Sul	3,6	3,9
Centro Oeste	13,2	10,7



Mato Grosso do Sul	8,5	7,2
Mato Grosso	14,5	10,5
Goiás	12,0	11,1
Distrito Federal	19,7	13,4

Fonte: IBGE/Elaboração própria

A imigração no Centro Oeste, de acordo com os censos do IBGE 2000 e 2010, ficou acima da média nacional e a região é a que apresenta os maiores índices de atração de imigrantes dentre todas as regiões brasileiras, embora este número tenha diminuído de 2000 para 2010. O destaque dentro da região continua sendo para o Distrito Federal, que lidera a atração de população. Mato Grosso e Goiás revezam na segunda posição, tendo Goiás ficado um pouco a frente de Mato Grosso no último Censo.

Mesmo a região sendo a que mais atrai imigrantes para sua área, ainda continua sendo considerada um grande vazio demográfico. O Centro Oeste compreende 18,8% do território nacional, sendo a segunda região brasileira em extensão, ficando atrás apenas da Região Norte e concentra apenas 7,4% da população brasileira, sendo a região menos povoada do país.

Sobre a população do Centro Oeste, vale destacar ainda que mesmo a região apresentando fortes tendências agrícolas, possuindo o maior exportador de grãos do país, o estado de Mato Grosso e ainda grande rebanho bovino, a região é a segunda mais urbanizada do país. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 88,8% da população do Centro Oeste vive nas cidades, ficando atrás apenas da Região Sudeste, a mais industrializada do país, o que, portanto, justifica esta urbanização e que possui 92,9% da população vivendo em zonas urbanas.

Podemos afirmar, com estas informações, que o êxodo rural continua crescente no Centro Oeste, como em todo o restante do Brasil, e que a modernização de sua área rural, com a mecanização de lavouras e das criações, tem expulsado cada vez mais as populações para as cidades, embora a região não apresente grandes conurbações urbanas, a não ser o já mencionado Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília.

Investimentos Federais

Os investimentos federais voltaram a chegar ao Centro Oeste e desta vez, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo governo federal em 2007, “contendo um conjunto de medidas que visam contribuir para a elevação das taxas de crescimento econômico do país, através do aumento do investimento em infra-estrutura, do



estímulo ao financiamento e ao crédito, da melhora do ambiente de investimento, da desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e da adoção de medidas fiscais de longo prazo.” (Dieese, 2007, p. 2). o PAC desde então, tem promovido investimentos em todas as regiões brasileiras.

No Relatório anual do PAC, divulgado pelo governo federal, em 2011, os investimentos previstos para o Centro Oeste, até 2014, são os constantes da tabela abaixo:

Tabela 5 - Principais investimentos do PAC previstos para o Centro Oeste– 2011 a 2014 (em R\$ mi).

	DF	GO	MT	MS
Transportes	2.963,56	3.010,31	3.972,20	1.828,35
Energia	-	1.970,41	3.237,21	4.633,94
Minha Casa, Minha Vida	4.009,03	3.350,40	1.068,57	1.304,77
Água e Luz para todos	136,75	700,46	276,44	233,37

Fonte: Relatório do PAC – 2011. Elaboração própria.

Os investimentos em transportes correspondem basicamente à pavimentação e duplicação das rodovias federais que cortam a região. No estado de Goiás, estes investimentos também implicam na construção da Ferrovia Norte Sul, obra que se arrasta por mais de 20 anos e que agora, tem no PAC outra oportunidade de ser concretizada. Outra rodovia – Oeste Leste - esta prevista para sair de Mato Grosso e atingir o litoral baiano.

Os investimentos em energia correspondem basicamente a ampliação das redes elétricas para atender as propriedades rurais, através do Programa *Luz para Todos* e ainda a construção de hidrelétricas, como a de Corumbá IV, próxima ao Distrito Federal.

Dos principais programas contidos no PAC, para serem executados entre 2011 e 2012, o único exclusivamente urbano é o *Minha Casa, Minha Vida* que promove o financiamento da construção de imóveis habitacionais, para a população de baixa renda a preços populares, em parceria com prefeituras e governos estaduais e para a população de classe média, através de parcerias com construtoras privadas.

Volta da Sudeco

A Sudeco resurge em 2011, para novamente tentar organizar e coordenar as políticas públicas voltadas para a região Centro Oeste. Dentre seus objetivos contidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007 – 2020), destacam as seguintes políticas:



- Formular e implementar os marcos legais da política nacional de desenvolvimento regional e de ordenamento Territorial para o Centro-Oeste, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território;
- Elaborar e implementar o zoneamento ecológico-econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial;
- Institucionalizar e fortalecer a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais;
- Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável;
- Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva;
- Fortalecer os sistemas locais e regionais de inovação, visando à competitividade dos espaços produtivos e ao desenvolvimento regional sustentável, por meio da promoção do fluxo de conhecimento e do acesso a instrumentos de apoio coletivo à inovação.

Desta vez a Sudeco esta subordinada ao Ministério da integração Nacional e mesmo tendo sido recriada em 2011, ainda não possui corpo estrutural para dar execução ao seu planejamento estratégico, que foi elaborado para 2007 a 2020, ou seja, antes mesmo de sua recriação.

Conclusão

O artigo buscou estudar a região Centro Oeste do Brasil, através dos diversos programas de governos implantados, que visavam promover alterações nos aspectos social e econômico, até chegar à região que temos hoje.

Desde a “Marcha para o Oeste”, a região sempre foi palco de conflitos: onde primeiro, através do uso da força, sua população primitiva foi dominada, quase extinta e sua riqueza extraída, como era natural para a época do Brasil Colônia. Depois, sem muita infraestrutura, tentou-se criar cidades, povoar a região e criar uma “nova civilização”, conforme propunha Vargas. Na verdade, a Marcha para o Oeste acabou sendo criando condições para que a expansão capitalista pudesse chegar ao Centro Oeste.



As intervenções estatais que se seguiram, foram realizadas fundamentalmente através da polarização de áreas prioritárias para a atuação governamental. O planejamento estratégico de áreas programas foi instrumento relevante para o equacionamento das desigualdades regionais. Estava voltado para o contexto nacional ou inter-regional, desagregado em objetivos específicos com programação prioritários. Porém faltou um planejamento integrado, como o que foi realizado em outras regiões do país.

A região foi amplamente contemplada em termos de infraestrutura de transportes e por ser a grande fronteira agrícola brasileira em expansão, chegou a receber grande atenção por parte do Governo Federal, nos grandes Planos Nacionais de Desenvolvimento. O que permitiu a chegada dos investimentos privados e atingir o cenário atualmente existente.

Atualmente o Centro Oeste ainda pode ser considerado um grande vazio demográfico, pois apesar de ser a segunda região brasileira em extensão territorial, continua sendo a menor em povoamento. Embora nas últimas décadas tenha ganhado população, se urbanizado e dinamizado sua economia, que de posição submissa no cenário nacional, com tímida exploração mineral, agropecuária e lavoura de subsistência, transformou - se na grande produtora de grãos, carnes e apresenta ainda considerável tendência industrial. Sua produção agropecuária revela que a região Centro Oeste, cada vez mais pode ser dona absoluta do título de “grande celeiro nacional”.

Referências

AGUIAR, M. A. A. integração das Terras do Centro – Oeste: o caso de Goiás. Estudos (UCG), Goiânia, v. 34, n. 9/10, p. 783 – 802, set/out, 2007.

ARRAIS, Tadeu A. *A Região como Arena Política.* Goiânia: Ed. Vieira. 2007.

BRAGA, M. L. S. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: **DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. S. (Org.) Tristes cerrados, sociedade e biodiversidades.** Brasília: Paralelo 15, 1998. p 93-123.

BRASIL. Ministério do Interior. **Centro-Oeste Brasileiro, aparato institucional.** Brasília: Minter/SUDECO, 1981.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007 – 2020).** SUDECO. Brasília, 2007. Disponível em www.sudeco.gov.br

CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970. 3. ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2007.



_____, W. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo. Editora UNESP, 2008.

CHAUL, N. N. F. A Construção de Goiânia e a transferência da capital. Coleção Documentos Goianos, 17. Goiânia, GO: Cegraf, 1988.

ESTEVAM, L. O Tempo da Transformação. Goiânia, GO: Ed. UCG/Vieira, 2004.

HADDAD, M. B. Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília: estruturação, interrupção e retomada das políticas públicas. Dissertação de Mestrado. PUC GO. Goiânia, 2011.

LIMA FILHO, M. F. O Desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia. Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2001.

MORES, L. M. A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. 2 ed. – Goiânia GO: Ed. da UCG, 2003.

OLIVEIRA, J. E; VIANA, S. A. O Centro Oeste Antes de Cabral. Revista USP. São Paulo, n. 44, p. 142-189, dezembro/fevereiro, 1999 – 2000.

OLIVEIRA, A. A. Análise dos impactos das políticas de desenvolvimento regional na Bacia do Alto Paraguai. In: **Jornada Científica de Economia e Administração do Centro-Oeste**, 2002, Campo Grande/MS. Anais - UFMS, 2002.

PALACIN, L. M. Fundação de Goiânia e Desenvolvimento. Goiânia, GO: Oriente, 1976.

PIMES. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. UFPE, Recife, 1984, vol. 03 e 04.

SCHMITZ, P. I. O Paleoíndio em Goiás. Anuário de Divulgação Científica, 5: 22-4. Goiânia, 1980.

STEINBERGER M. Região Centro–Oeste: uma visão geopolítica. Revista Sociedade e Cultura, Universidade Federal de Goiás, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez 2000, p. 31-49. Goiânia GO.